

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Revista de Minas Class.: 198

Data: 28/09/88 Pg.: _____

Xakriabá, a hora da justiça (VI)

'Eu estava lá e vi Amaro matar os índios', depõe sobrinho do cacique

Cobertura: Graça Marzola e Agostinho Santos

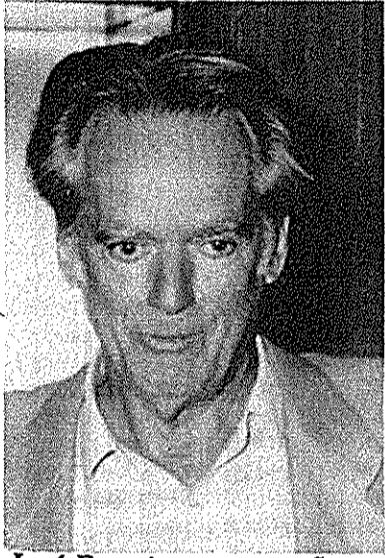
A principal testemunha da Promotoria, Gilmar Luiz de Oliveira, sobrinho do Rosalino Gomes de Oliveira, primeiro a depor ontem, afirmou: "Eu estava

na casa quando aconteceu o crime e reconheci a voz de Amaro. Foi ele quem matou os índios". Emocionado, Gilmar contou que antes de morrer em seus braços, a caminho do hospital, Manoel Fiuza, que também era seu tio, falou: "Não culpem ninguém. Quem atirou em mim foi Amaro".

A parada na madrugada

O julgamento do grileiro Francisco de Assis Amaro e dos pistoleiros Germano Gonçalves da Silva, Roberto Freire Alkmin, Claudomiro Vidoca e Sebastião Vidoca, acusados de terem matado, na madrugada do dia 12 de fevereiro de 1987, o líder Xakriabá Rosalino Gomes de Oliveira e os índios Manoel Fiuza da Silva, José Pereira Santana, prosseguiu até às 3h30m da madrugada, com a leitura das peças processuais solicitadas pela Promotoria e pela Defesa.

Os trabalhos foram reiniciados às 8 horas, com a leitura dos depoimentos das testemunhas. Após esta lei-



José Ferreira: a acusação

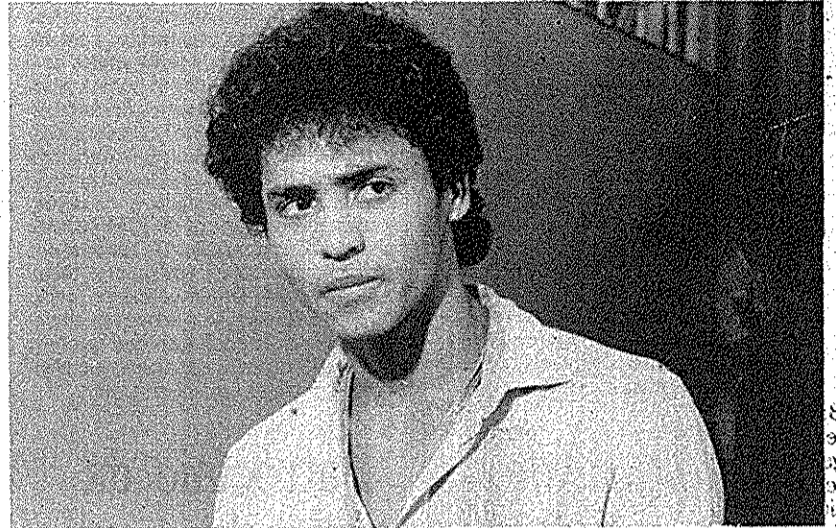
tura, o jurado José Marçal de Souza Ramos pediu a repetição de dois, que apontavam uma contradição no depoimento do réu Francisco de Assis Amaro. As testemunhas Geraldo e Antônio Gonçalves da Silva afirmaram que encontraram Amaro na tarde do dia 12 de fevereiro em Itacarambi, enquanto ele, em seu interrogatório, alegou que viajou para a Bahia na manhã do dia 12. Pela importância do fato, o jurado pediu a anexação dos dois depoimentos, que contradizem Amaro, no Memorial que foi entregue ao corpo de jurados pela Promotoria.

Sobrinho, o primeiro

O primeiro a depor foi o sobrinho de Rosalino Gomes de Oliveira, Gilmar Luiz de Oliveira, de 19 anos, que estava na casa do seu tio na noite em que aconteceu o crime. Bastante seguro, Gilmar contou com detalhes como aconteceu o massacre, do qual escapou por um descuido do grupo invasor.

De acordo com Gilmar, todos estavam dormindo na casa de Rosalino, quando vários homens arrombaram as portas da frente e dos fundos gritando que eram da Polícia Federal, e que a ordem era para matar todos, inclusive crianças. Rosalino foi o primeiro a morrer, depois foi José Pereira que, segundo Gilmar, "devido a um problema na perna e no braço", não conseguiu fugir do ataque.

O sobrinho de Rosalino disse que, desesperado, viu também o seu



Gilmar, calmo: os detalhes do crime e a denúncia

tio Manoel Fiuza sendo fuzilado, quando tentou socorrer o líder Xakriabá. Somente quando Agenor, que fazia parte do bando, caiu morto, Gilmar conseguiu escapar. Enquanto os seus amigos o arrastavam para fora de casa, Gilmar fugia pela porta dos fundos.

Gilmar contou, ainda, que por causa da escuridão da casa não foi possível reconhecer fisicamente os assassinos, mas ele garantiu que dois deles eram Agenor e Amaro, que falavam alto e mandavam tocar fogo na casa. Interrogado pelo advogado de defesa, Ariosvaldo de Campos Pires, sobre quantos homens ficaram fora de casa e quantos entraram, Gilmar respondeu: "Eu não podia ficar contando, porque eu poderia ser mais um a morrer".

No dia seguinte ao crime, Gilmar Luiz disse que foi a Itacarambi comprar um remédio para colocar nos arranhões dos espinhos da moita onde se escondeu. Entrando no comércio de Amaro, ele reconheceu Roberto Freire e Germano Gonçalves e para despistar pediu um refrigerante. Roberto não quis atendê-lo.

Além de reconhecer a voz de Amaro, Gilmar também declarou que

antes de morrer, Manoel Fiuza disse que não era para culpar ninguém pela sua morte, pois o único responsável era Francisco Amaro, que lhe deu o tiro. Ele disse que também na manhã seguinte, ficou sabendo pelo povo que os irmãos Vidoca participaram do assassinato dos três índios.

O segundo, o servente

O segundo a depor foi o servente contratado pela Conservadora Juiz de Fora que presta serviço na Polícia Federal, José Canuto Fernandes. Ele foi testemunha dos depoimentos de cinco réus. Convocado pela Promotoria, o depoimento de Canuto serviu para derrubar a tese da Defesa de que sendo Claudomiro, Amaro, Sebastião, Germano e Roberto eram analfabetos, assinaram os depoimentos em branco, nos quais eles confessam o crime.

José Canuto Fernandes também declarou que os réus assinaram os depoimentos em clima tranqüilo e sem qualquer tipo de pressão por parte dos policiais federais. Toda a declaração foi lida perante a testemunha e assinada pelos réus de livre e espontânea vontade.

Na volta do almoço, o recomeço com acusação

Depois de um intervalo para o almoço, que durou cerca de 1h30, foi chamado para ser ouvido como testemunha de acusação, Waldir Nunes de Oliveira, de 19 anos, filho de Rosalino: ele estava na casa de seu pai, na hora do ataque, e escapou porque se escondeu embaixo da cama e não foi visto pelos assassinos.

Perguntado pelo juiz se confirmava as declarações feitas por ele à Polícia Federal, disse que sim e relatou com mais detalhes o que presenciou no dia do ataque. Disse também que ao contrário do que afirma, Amaro conhecia seu pai. Contou que seu irmão José, de 11 anos, foi obrigado a arrastar o corpo de seu pai para fora do quarto, para que se confirmasse que estava realmente morto. Lembrou também que dias antes do ataque, o delegado de Itacarambi, Antônio Reis e Amaro, estiveram em sua casa, conversando com sua mãe, perguntando a ela quantas pessoas moravam na casa.

Após ser ouvido pela promotoria, Waldir ficou à disposição da defesa, interrogado pelo advogado Ariosvaldo Campos Pires, que insistiu na pergunta, se Waldir tinha realmente condições de reconhecer os atacantes. Ele disse que como todos usavam lanternas e que havia lua, sua visibilidade era muito boa, e que após atirarem em seu pai, os pistoleiros foram para o lado de fora da casa, ocasião que mataram Manoel. Neste momento, disse estava em cima da parede que divide o quarto do de Rosalino, e que lá podia ver todo o terreiro.

Satisfeito com as declarações de Waldir, Ariosvaldo Campos Pires pediu ao juiz que ele permanecesse em uma sala separado das demais testemunhas, pois queria que fosse feita uma acareação com outra testemunha, mais tarde. Depois, disso, seriam chamadas as testemunhas de Defesa, dez ao todo.

Peso das testemunhas

Mesmo com algumas evidências que auxiliam, em muito, a Promotoria, como a confissão dos réus na Polícia Federal, a Defesa se mantém otimista em relação a uma possível absolvição. A Defesa conta com duas testemunhas fortes, pelo menos no plano político: o prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula, e o delegado, Antônio dos Reis. O prefeito também possuía algumas terras dentro da reserva indígena, mas foi indenizado por elas.

A Promotoria contou ontem apenas com testemunhas, José Canuto Fernandes, servente da Polícia Federal, Gilmar Luiz de Olivei-

ra, sobrinho de Rosalino, e Waldir Nunes de Oliveira, filho de Rosalino. Nenhum deles tem peso político. Apenas uma triste história para contar.

Na tentativa de provar que todos em Itacarambi são índios e que não existe uma divisão real entre Xakriabá e posseiro, o advogado de Defesa, Orlando Lima, e irmão do réu Francisco de Assis Amaro, distribuiu ontem biscoitos entre os índios que acompanham dia e noite o julgamento. A pedido do delegado da Funai, Lúcio Flávio, a Polícia Federal recolheu os biscoitos para fazer um exame pericial.

Funai ainda busca verba para indenizar reserva

A Funai está pedindo ao Ministério da Reforma Agrária uma verba de Cz\$ 90 milhões para indenizar os últimos 14 posseiros que ocupam a reserva indígena Xakriabá. Com essa medida, o delegado da Funai em Minas Gerais e Espírito Santo, Lúcio Flávio Coelho, entende que será possível solucionar os conflitos de terras no norte de Minas.

De acordo com Lúcio Flávio, 14 posseiros já foram indenizados em Cz\$ 33 milhões, restando assim mais 14 que receberam uma promessa de indenização da Funai. Entretanto, essa iniciativa, proibida pelo artigo 198 da Constituição atual, é criticada pelo

coordenador do Conselho Indigenista Missionário em Minas, Fábio Alves.

A expectativa é que com a saída dos posseiros, as terras dos índios passem a prosperar, pois serão feitos alguns investimentos, como a construção de barragens, abertura de poços artesanais e obras de irrigação. Entretanto, Fábio Alves acredita que a Funai está gastando muito mais com os posseiros do que com os Xakriabás. E, essas benfeitorias ainda são poucas para a extensão do problema que atinge os índios do norte de Minas.

Defesa tenta dispensa e surpreende o júri

Ariosvaldo Campo Pires em nome da Defesa, dirigiu ao juiz um pedido para que fossem dispensadas todas as testemunhas arroladas por ele. O pedido surpreendeu a todos dentro do salão do júri. Neste momento, o assistente da Promotoria, Décio Fulgêncio, disse que fazia questão de ouvir ao menos o depoimento do prefeito e do delegado de Itacarambi, alegando ser de grande importância o depoimento dos dois.

O juiz, após as justificativas da acusação, resolveu que seriam ouvidas todas as testemunhas de Defesa, na ordem estabelecida pelo julgamento. Assim, o primeiro seria o prefeito José Ferreira de Paula.

Ele foi interpelado pela acusação, que queria saber se realmente havia duas ações na Justiça Federal contra ele, por possuir uma propriedade de oito mil hectares dentro da reserva Xakriabá. O prefeito respondeu que realmente existem as ações, mas que já abandonou as terras há mais de dois anos, e que elas foram compradas de

outra pessoa, numa época em que era comum este tipo de transação, ou seja, antes da Funai chegar à reserva. Disse também que não se preocupou em contratar advogados para acompanhar as ações na justiça, e nem quis indenização pelo prejuízo de ter comprado as terras e de ter que abandoná-las. Pediu para que ficasse claro que possuía apenas dois mil hectares e não oito.

Acusou a Funai e o Conselho Indigenista Missionário, CIMI, pelos conflitos na reserva, dizendo que famílias de posseiros foram expulsos pelos índios com uso de violência, incitados pelo CIMI. Disse que estas famílias moram em barracas de lona em Itacarambi, e entre os posseiros expulsos existem vários descendentes de índios, e a Funai nada faz para ajudá-los. Segundo ele, Rosalino nunca teve autoridade para agir em nome dos índios, e que o cacique é Rodrigo, e que quem "enche a cabeça" dos índios é o coordenador do CIMI, Fábio Alves dos Santos.



Rodrigão: aqui, a autoridade que o prefeito reconhece